

Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel

Tiago de Garcia Nunes, Solaine Gotardo, Samara Christ, Aline Mendonça dos Santos e Renato Della Vechia

Otra Economía, vol. 12, n. 21:219-230, enero-junio 2019. ISSN 1851-4715

Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel

Red Bem da Terra: Producción Solidaria, Consumo Responsable y Autogestión desde la perspectiva extensionista del NESIC/UCPel

Bem da Terra Network: Solidarity Production, Responsible Consumption and Self-management from the university extension perspective of NESIC/UCPel

Tiago de Garcia Nunes*

nunestg@gmail.com

Solaine Gotardo**

mana.gotardo@gmail.com

Samara Christ***

samaramtd@gmail.com

Aline Mendonça dos Santos****

nocams@gmail.com

Renato da Silva Della Vechia*****

rdellavechia@gmail.com

Resumo: O artigo trata da experiência de constituição e consolidação da “Feira Virtual Bem da Terra”, um “grupo de consumo responsável” (GCR) inspirado nas tradicionais cooperativas de consumo, mas que incorpora novas tecnologias sociais para atuar como instrumento estratégico na autogestão entre a produção e o consumo solidário na região da cidade de Pelotas/Brasil, a partir da relação estabelecida junto ao NESIC/UCPel quando do seu processo de constituição. A reflexão aponta pistas para avaliar a capacidade do GCR em estimular o desenvolvimento local a partir da Rede Bem da Terra – comércio justo e solidário, como uma experiência de Economia Solidária que aproxima produtores, consumidores e movimentos sociais. A metodologia utilizada para a pesquisa combina levantamento bibliográfico e análise documental da experiência com estratégias metodológicas participativas como a investigação participante/militante e a observação direta, considerando o envolvimento cotidiano dos autores da pesquisa com a Rede Bem da Terra e o GCR Feira Virtual. A análise aponta a relevância de diversos elementos objetivos e subjetivos particulares da territorialidade da experiência estudada; elementos historicamente construídos e diretamente impulsionados pelos avanços e pelas dificuldades

* Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

*** Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil.

**** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

***** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

dos empreendimentos solidários na região, sendo necessária a constante avaliação das suas potencialidades e limitações.

Palavras-chave: Economia Solidária, Rede Bem da Terra, Grupo de Consumo Responsável.

Resumen: El artículo trata de la experiencia de constitución y consolidación de la "Feria Virtual Bem da Terra", un "Grupo de Consumo Responsable" (GCR) inspirado en las tradicionales cooperativas de consumo, pero que incorpora nuevas tecnologías sociales para actuar como instrumento estratégico en la autogestión entre la producción y el consumo solidario en la región de la ciudad de Pelotas (Brasil), a partir de la relación establecida junto al NESIC/UCPel en su proceso de constitución. La reflexión apunta a pistas para evaluar la capacidad del GCR para estimular el desarrollo local a partir de la Red Bien de la Tierra - comercio justo y solidario, como una experiencia de Economía Solidaria que aproxima productores, consumidores y movimientos sociales. La metodología utilizada para la investigación combina el levantamiento bibliográfico y el análisis documental de la experiencia con estrategias metodológicas participativas como la investigación participante/militante y la observación directa, considerando la implicación cotidiana de los autores de la investigación con la Red y con el GCR Feria Virtual. El análisis apunta la relevancia de diversos elementos objetivos y subjetivos particulares de la territorialidad de la experiencia estudiada; elementos históricamente contruidos y directamente impulsados por los avances y las dificultades de los emprendimientos solidarios en la región, siendo necesaria la constante evaluación de sus potencialidades y limitaciones.

Palabras clave: Economía Solidaria, Red Bien de la Tierra, Grupo de Consumo Responsable.

Abstract: This paper outlines the experience of establishing and consolidating the Feira Virtual Bem da Terra (Bem da Terra Virtual Fair). It's a responsible consumption group inspired by traditional consumer cooperatives which incorporates new social technologies to act as a strategic tool in the self-management between production and solidarity consumption in the region of the city of Pelotas/Brazil. The analysis outlines the Feira Virtual Bem da Terra experience based on the relationship established with the NESIC (Nucleus of Solidarity Economy and Incubation of Cooperatives / Universidade Católica de Pelotas) in its constitution process. The research presents clues to evaluate the responsible consumption group ability to stimulate local development from the Bem da Terra Network - Fair and Solidarity Trade, understanding this process as an experience of solidarity economy that brings together producers, consumers and social movements. The methodology used combines bibliographical survey and documentary analysis with participatory methodological strategies such as participant/militant research and direct observation considering the authors daily involvement with the responsible consumption group from the virtual fair. The analysis indicates the relevance of several particular objective and subjective elements of the experiment territoriality. These elements were historically built and they are directly driven by the advances and difficulties of the solidarity enterprises in the region, then it is necessary to constantly evaluate its potentialities and contradictions.

Key words: Solidarity Economy, Bem da Terra Network, Responsible Consumption Group.

Aspectos precursores e a articulação existente nas dimensões de atuação do NESIC/UCPel e Rede Bem da Terra

A Rede Bem da Terra (RBDT) surgiu na cidade de Pelotas em outubro de 2007 como uma rede informal de produtores associados, cujo processo impulsionador esteve vinculado ao trabalho extensionista empreendido pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas – NESIC/UCPel.

A natureza e o arranjo político pedagógico do NESIC/UCPel vem permitindo aportar um conjunto de conhecimentos teóricos e metodológicos necessários ao fomento e suporte seja para constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como para a consolidação ou reestruturação organizativa e econômica dos mesmos. Seu caráter interdisciplinar, mediado pela ação extensionista de pesquisa e aliado a metodologias participativas, creditou ao NESIC uma relação singular na formação da Rede Bem da Terra.

O processo de incubação em economia solidária dentro da UCPEL existe há cerca de 20 anos, inicialmente através da vinculação de alguns professores à Rede Unitrabalho e posteriormente através da INTECOOP/UCPEL (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/UCPEL) e sua incorporação à rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs).

Mesmo passando por alguns processos de reformulação, em seu tempo total de existência, a incubadora já acompanhou individualmente duas Redes de cooperação e mais de 20 empreendimentos de Economia Solidária de Pelotas e da região, dos diferentes campos produtivos, desde grupos de alimentação e artesanato, até empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O NESIC/UCPEL também desenvolve dois grandes projetos, o “Bem da Terra”, apresentado sob alguns aspectos neste artigo, e um projeto de consolidação de uma rede regional de empreendimentos e coleta e seleção de resíduos sólidos.

A metodologia utilizada para a realização das atividades pelo NESIC/UCPEL junto aos EES - através do processo de incubação - é antes de tudo um processo pedagógico formativo de troca e interação, que permite apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, com a viabilização de mecanismos para sua organização. Além disso, através do processo de incubação, princípios de solidariedade, cooperação, participação, entre outros são abordados sistematicamente junto aos empreendimentos, podendo ser observados em seu interior as transformações derivadas do processo de incubação, tendo como base principal a autogestão. Como indica Singer (2002), praticar a autogestão exige que os trabalhadores de EES, além de cumprir as tarefas referentes a sua função, também devem envolver-se com os problemas gerais do empreendimento. Por este motivo é que as oficinas e atividades formativas do processo de incubação são desenvolvidas com o coletivo e as decisões sobre o empreendimento tomadas em assembleias.

O projeto que deu origem a RBT¹ foi inicialmente denominado como Alternativa de Comercialização, e contou com a participação de 14 empreendimentos (urbanos e rurais). No ano de 2009 os empreendimentos formalizaram a criação da Associação Bem da Terra, que passa a representar oficialmente a RBT. A Associação surge com o seguinte objetivo:

desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, através da difusão dos princípios e práticas do comércio justo e do consumo solidário, da construção de estruturas de comercialização compartilhadas entre os empreendimentos e da realização de projetos e programas de formação e assessoramento para os coletivos de produção.²

A rede nasceu como resultado direto de uma pesquisa-ação desenvolvida por um grupo formado pelos empreendimentos fundadores e pelo NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Os pesquisadores-trabalhadores visitaram empreendimentos de comércio justo e solidário no Brasil (Cooesperança - Santa Maria e Mundo Paralelo - Porto Alegre) e estudaram algumas experiências exitosas (supermercado Eróski - Mondragón/País Basco/Espanha, Centro de Abastecimento Comunal El Galpón - Buenos Aires/Argentina e CEPESI – Centro Público de Economia Solidária - Itajaí/Brasil). A pesquisa investigou o comportamento dos consumidores e através de oficinas que buscavam resgatar as experiências de comercialização dos próprios empreendimentos, construiu um perfil para o consumidor solidário, sintetizando as seguintes especificidades:

(a) as feiras livres são importantes, mas não são ideais: elas demandam muito tempo de organização, custos muito grandes de logística e deslocam os produtores da produção, que são

¹ A proposta de origem propunha a formação da Rede Bem da Terra a partir da constituição de pontos permanentes de comercialização nos municípios de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Canguçu, Santa Vitória do Palmar e Piratini.

² Recuperado de <http://bemdaterra.org/>

obrigados a fazer também sua própria comercialização; (b) os consumidores solidários são os mais exigentes: eles reúnem as características básicas de um consumidor convencional (querem praticidade: a maior variedade possível de produtos num mesmo lugar, de fácil acesso e com instalações confortáveis, de preferência com preços compatíveis aos dos produtos convencionais) com as características do consumo consciente (os produtos devem ser saudáveis, produzidos de forma sustentável e com trabalho solidário); (...) (d) os produtos oferecidos, além de grande variedade, devem estar preocupados com sua qualidade – devem atender as exigências dos consumidores, em todas as suas dimensões. A produção, portanto, deve ser qualificada; (e) O *layout* dos espaços de comercialização deve ser coerente com a proposta: devem servir como um espaço de sociabilidade entre produtores, trabalhadores e consumidores, de cada um deles com seus próprios pares.³

Transcorridos quase dez anos do seu surgimento como rede, o Bem da Terra conta atualmente com 40 empreendimentos econômicos solidários (EES) que envolvem diretamente cerca de 200 produtores/trabalhadores da região extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, Jaguarão e Piratini.

A Rede abarca diferentes segmentos produtivos a partir de grupos informais, associações e cooperativas de pequenos produtores agroecológicos urbanos e rurais, de artesãos, de assentados da reforma agrária, de pescadores, de costureiras entre outros e os EES encontram-se articulados em distintas perspectivas políticas de atuação como a produção orgânica e agroecológica, a segurança e soberania alimentar, o acesso à terra e à reforma agrária, geração de emprego e renda, saúde mental, permacultura, pesca comunitária e artesanal, etc.⁴

No período que compreende 2010 e 2014 o Bem da Terra manteve sua estrutura de comercialização e produção centradas em quatro frentes, quais sejam: (1) Feiras presenciais organizadas em espaços públicos da cidade de Pelotas - como as realizadas nas estruturas das Universidade Católica de Pelotas e Instituto Federal Sul - rio - grandense -,⁵ além de eventos específicos do campo da Economia Solidária - como as promovidas pelos fóruns locais, regionais e estaduais, no RS, propostas com vistas a difusão e divulgação dos princípios do Comércio Justo e Solidário⁶ e Economia Solidária;⁷ (2) Loja Bem da Terra no Mercado Central da Cidade de Pelotas – um espaço de comercialização que escoar a produção de itens de artesanato urbano/local dos empreendimentos da Associação e difunde a imagem da Rede; (3) Pela experiência empreendida no município de Piratini, situado cerca de 100 km

³ Recuperado de <http://bemdaterra.org/>

⁴ A atividade produtiva cobre uma ampla variedade de culturas como alimentos, bebidas processadas, artesanato, brinquedos infantis, artigos de higiene pessoal, artigos para casa, carnes, conservas, doces, especiarias, grãos, cereais, homeopáticas, produtos hortifrutigranjeiros, laticínios, massas, plantas ornamentais, produtos de limpeza, panificados, pescados, vestuário e calçados.

⁵ Atualmente fazem parte do cronograma das chamadas Feiras presenciais ou Feiras Itinerantes o processo de comercialização realizado também em tres campis da Universidade Federal de Pelotas, além dos descritos no item.

⁶ Para compreensão da noção de Comércio Justo e Solidário, observaremos a referência apresentada pelos documentos elaborados pelo Faces do Brasil, a partir da seguinte definição: “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia” (www.facesdobrasil.org.br).

⁷ No que tange ao entendimento do conceito associado à Economia Solidária consideramos como: “Um conjunto de iniciativas econômicas associativas, nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando efetivamente relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (Cruz, 2004:69).

de Pelotas, onde entre 2011 e 2013 esteve em atividade o “Armazém Bem da Terra”. Tal iniciativa representou a primeira investida efetiva no sentido da implementação da proposta de Rede, idealizada em 2009, sendo ofertada à comunidade local uma grande diversidade de produtos de empreendimentos econômicos solidários provenientes do próprio município, assim como de iniciativas coletivas de outras regiões. Entretanto, dadas as características geográficas, de escala, de logísticas, aliadas a inexistência de uma cultura de Consumo Consciente e Responsável no local, em 2013, o armazém reconfigurou-se a sua participação na Rede reorientando a sua estrutura e mantendo apenas uma pequena padaria solidária. No mesmo momento se reintegrou a um importante projeto assistencial empreendido pela Mitra Diocesana de Pelotas,⁸ ao qual ainda se mantém vinculado; e: (4) o Núcleo de Produção Bem da Terra formulado enquanto um processo de incubação que objetiva a constituição de um coletivo que interseccionasse empreendimentos econômicos a partir da participação de artesãs da Rede Bem da Terra. No curso do trabalho o Núcleo idealizou e executou uma coleção artesanal de produtos denominada Elementos da Terra, cuja perspectiva buscava orientar o aprimoramento técnico das trabalhadoras, assim como estruturar laços mais sólidos quanto a perspectiva pedagógica de autogestão no empreendimento com o resgate e uso de técnicas ancestrais e referências as características e elementos da flora.

Nesse sentido, e considerando o conjunto das experimentações concretas empreendidas no curso de desenvolvimento da Rede - aliadas aos estudos e pesquisa a acerca da produção solidária e comportamento de consumidores - é que no segundo período de 2014, alguns integrantes do Bem da Terra e Núcleos de Incubação passaram a investigar as possibilidades de implementar a tecnologia organizativa dos Grupos de Consumo Responsável (GCR) como instrumento estratégico para impulsionar a planificação da produção e desenvolver laços de solidariedade entre produtores associados, consumidores urbanos e movimentos sociais.

Metodologia

Para a elaboração e fundamentação do presente texto destacamos que a metodologia empregada combina levantamento bibliográfico e análise documental da experiência, com estratégias metodológicas participativas como a investigação participante/militante e a observação direta, considerando o envolvimento cotidiano dos autores da pesquisa com a Rede Bem da Terra e o Grupo de Consumo Responsável Feira Virtual Bem da Terra.

O GCR enquanto estratégia de organização política

Na última década vem se multiplicando no Brasil a experiência dos “Grupos de Consumo Responsável” (GCRs), organizações referenciadas no modelo tradicional das cooperativas de consumo, mas com distinções marcantes em relação à estrutura e ao processo de funcionamento destas. Para Antônio Cruz (2014), as cooperativas tradicionais de consumo, em que pese sua formatação jurídica diferenciada, não significariam, necessariamente, qualquer ruptura com o padrão de consumo capitalista convencional, mas antes representam uma mera variante do mesmo processo na medida em que reproduzem esse padrão através de um esforço de organização coletiva, raramente marcado pela autogestão e pela solidariedade.

Assim, num horizonte conceitual os GCRs apareceriam como uma possibilidade de superação do cooperativismo de consumo tradicional, com ênfase nos seguintes elementos organizativos:

- (a) gestão horizontal (autogestão);
- (b) parâmetros privilegiados de avaliação de resultados

⁸ Instituição de caráter Ecumênico vinculado a Igreja Católica.

qualitativos (sociais e ambientais), em sobreposição aos quantitativos; (c) inexistência ou insignificância de mão de obra assalariada (menos de 1% em relação ao número de associados); (d) alta criteriosidade em relação aos produtos: tipo, composição, origem, impacto social e ambiental, embalagem etc. (e) prevalência da informalidade sobre o formato jurídico cooperativo, mas com forte incidência de inter-cooperação (...); (f) contraposição relativa às cisões entre concepção/produção e produção/consumo: prioridade para práticas de autogestão no interior das organizações (de produção e de consumo) e preferência manifesta por acordos dialogados entre produtores e consumidores organizados (Cruz, 2014:4).

De acordo com o Instituto Kairós,⁹ os GCRs surgem como

iniciativa de consumidores organizados que se aproximam de produtores e juntos propõem-se a transformar seu ato de compra em um ato político, agregando preocupações com as questões sociais e ambientais (relacionadas ao lugar do trabalhador na cadeia produtiva e comercial e aos impactos dos padrões de consumo de massa) e de saúde (relacionadas ao direito ao consumo de alimentos livre de agrotóxicos, excesso de industrialização etc.) (Instituto Kairós, 2013:107).

Contudo, percebe-se que não existe uma regra única de funcionamento para os GCRs: cada um se organiza de maneira distinta desenvolvendo seus próprios acordos coletivos e modos de atuação, com diferentes níveis de envolvimento dos consumidores e uma maior ou menor responsabilidade em relação à produção.¹⁰

Assim, a partir da pesquisa feita pelos pesquisadores universitários em torno da melhor estratégia para implementação de um GCR no interior da RBDT, a formulação da proposta priorizou uma tecnologia organizativa que se adequasse aos elementos objetivos/subjetivos da região de abrangência do Bem da Terra. Muitas oficinas e debates foram realizados em torno do tema com diversos parceiros e apoiadores.

Durante as discussões, uma primeira constatação foi em relação à ocorrência de diversas experiências pretéritas similares aos GCRs na cidade de Pelotas, com entrega de sacolas e encomendas diretas dos produtores. Quando questionados em relação ao insucesso ou interrupção das experiências, alguns militantes apontaram que a principal razão seria a carência de uma estratégia organizativa que envolvesse os consumidores como força de trabalho voluntário e que desonerasse os produtores de toda a logística envolvida.

Considerando que a região de Pelotas apresenta uma importante concentração de experiências associativas mobilizadas em torno de distintas bandeiras de luta, caberia aos assessores da RBDT desenvolver uma proposta com capacidade agregadora de distintas intencionalidades políticas do “campo progressista”. Além disso, seria importante pensar numa organicidade coesa, mas flexível, capaz de inserir pessoas comuns atraídas, inicialmente, pela demanda por produtos saudáveis, mas suscetíveis a ingressar numa organização social diferenciada, a partir de uma nova forma de relação com a produção e com o consumo.

A apresentação da Feira Virtual (FV) disponibilizada no sítio eletrônico da Rede oferece uma boa síntese da experiência:

⁹ De acordo com o levantamento do instituto Kairós existem aproximadamente 30 GCRs em atividade no Brasil. Outras diversas experiências semelhantes ocorrem no mundo, especialmente na Europa, nos EUA e no Japão. Para maiores informações visitar <http://institutokairos.net>

¹⁰ No caso dos GCRs do tipo CSA (Comunidade Sustentada pela Agricultura), há uma maior responsabilidade por parte do consumidor em relação à produção dos alimentos. O CSA é desenvolvido com base num acordo coletivo no qual os consumidores (definidos como “co-produtores”) não compram uma quantidade definida de produtos, pois financiam parte da produção e assumem possíveis riscos com a safra mediante pagamentos antecipados que podem ter duração de seis meses ou até um ano.

A FV é um mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável. Os consumidores encomendam semanalmente os produtos de sua preferência através de uma plataforma virtual (portal Cirandas.net) mas para fazer pedidos, o consumidor deve estar previamente vinculado a um dos núcleos de consumo responsável e ter participado de um dia de formação/acolhida. Os pedidos são feitos entre a segunda e a quinta-feira de cada semana. No sábado, entre às 11h30min e 15h, os consumidores recolhem seus pedidos na sede da Associação Bem da Terra e fazem o pagamento correspondente. Os empreendimentos da RBDT são responsáveis pela produção local e pela oferta de produtos trazidos de outras regiões. Os núcleos de consumidores são responsáveis pela auto-organização de todo o processo - processo de gestão e de distribuição que ocorre num 'mutirão-em-rodízio' aos sábados pela manhã.¹¹

Autogestão, participação e inovação social no GCR Feira Virtual Bem da Terra

Apesar de ser uma recente experiência, com apenas quatro anos de existência, a FV já apresenta um acúmulo interessante tanto em sentido quantitativo como qualitativo. A síntese dos resultados da pesquisa em relação ao GCR Feira Virtual será dividida em tres vetores: (a) forma de organização, (b) estrutura de poder, (c) tecnologias sociais desenvolvidas.

(a) forma de organização. A opção organizativa construída pela Associação Bem da Terra considerou as particularidades subjetivas/objetivas locais, redundando numa forma organizativa de natureza mista que combina elementos da tipologia dos GCRs organizados como "redes singulares" com particularidades dos grupos organizados como "redes capilares".¹² A predileção pelo "nucleamento" ou divisão dos participantes em Núcleos de Consumidores (NC) deu-se pela aposta no envolvimento dos diversos agrupamentos progressistas e das distintas intencionalidades político-ideológicas no processo de auto-organização da FV, rearticulando grupos preteritamente envolvidos em diferentes experimentações do campo da Economia Solidária e movimentos sociais do entorno.

Atualmente a FV conta com mais de 130 famílias consumidoras organizadas em 11 NCs estruturados a partir de sindicatos e organizações de categorias profissionais, entidades religiosas, instituições de ensino, núcleos de educadores, organismos da sociedade civil e coletivos estudantis.

Cada NC possui um articulador (responsável pela representação do núcleo do Conselho de Núcleos e pela organização das tarefas internas); um facilitador (encarregado de coordenar a logística do Centro de Distribuição em forma de escala); alguns separadores (designados para trabalhar na organização dos pedidos do núcleo no Centro de Distribuição, de forma escalonada) e membros de Grupos de Trabalho responsáveis pelos processos de comunicação e organização interna; educação e formação pedagógica para o consumo solidário; gestão financeira e administrativa; relação com produtores e prospecção de produtos.

(b) estrutura de poder: a instância máxima da feira é o Encontro - Assembleia Geral semestral da qual participam produtores, consumidores e assessores universitários. O Conselho de Núcleos (CN) é composto por 11 conselheiros (um/a representante de cada núcleo de consumidores), quatro membros da Associação de produtores Bem da Terra e pela coordenação da Associação Educacional para o

¹¹ Recuperado de <http://bemdaterra.org/>

¹² Existem duas tipologias de redes solidárias: (1) as redes singulares - GCRs formados por um coletivo de consumidores, o qual tem um eixo centralizado de gestão e distribuição dos produtos (entrega/retirada) e que se relaciona diretamente com os produtores; (2) redes capilares - GCRs formados por diferentes núcleos de consumidores (caracterizados por certa localização geográfica, ambiente de trabalho etc.) que descentralizam a gestão e a distribuição dos produtos (entrega/retirada) e podem apresentar variados graus de autonomia entre si, dependendo da proposta do grupo (Pistelli e Mascarenhas, 2011:13-15).

Consumo Responsável Rede Bem da Terra.

O CN é a instância executiva que funciona subordinada às deliberações semestrais do Encontro e a gestão cotidiana da Feira é exercida pela coordenação da Associação de Consumidores, que é composta por dois coordenadores gerais, um vice coordenador e um suplente, um secretário e um suplente, juntamente com o Conselho Fiscal, que reúne-se semanalmente com as atribuições atinentes ao acompanhamento geral das atividades representativas, organizativas e financeiras executadas pelos quatro Grupos de Trabalho (GT) atualmente constituídos, quais sejam: Ponto de Equilíbrio e Transparência (PET), Educação, Organização e Provisão.¹³

Os GTs são compostos por integrantes dos Núcleos de Consumidores e um representante da coordenação da Associação de Consumidores, sendo que a dinâmica de encontros obedece a uma agenda de reuniões quinzenais onde são planejadas ações a partir de cada uma das frentes de trabalho formadas enquanto resultado de um processo denominado “transição para autogestão”.

Durante aproximadamente quatro meses os consumidores realizaram um conjunto de debates (oito oficinas formativas) e planejamento geral da feira, que até então era aportado pelas equipes de incubação dos Núcleos Interdisciplinares de Economia Solidária da UFPel e UCPel e que, a partir de março de 2017 foi parcialmente assumida pela rede de consumidores organizados. Em 2019, o debate acerca da autonomia e gestão foi retomado, estando em curso a formulação de uma nova estrutura que confere aos consumidores a atribuição de gerir e controlar toda as etapas e esferas organizativas da iniciativa (FV).

(c) tecnologias sociais desenvolvidas. Para engendrar todo o processo político e logístico da Feira foram desenvolvidas as seguintes tecnologias sociais:¹⁴ (i) Plataforma Cirandas.net. Todos os pedidos da Feira são realizados na plataforma Cirandas mediante a atualização semanal dos produtos disponibilizados pelos produtores da Rede. A FV foi o primeiro GCR a usar a plataforma para este fim, contribuindo de forma experimental para o engendramento da tecnologia que hoje é utilizada por outros seis GCRs.¹⁵ (ii) Rizoma¹⁶ - tecnologia social de compra coletiva desenvolvida em parceria

¹³ As principais atividades do Grupos de Trabalho, conforme indica a sitio eletrônico da Rede (<http://bemdaterra.org/rede-de-consumidores/grupos-de-trabalho-da-feira-virtual/>), referem-se a:

GT Educação - O GT Educação foi constituído no processo denominado “transição para a autogestão” e é um espaço pedagógico com principal atribuição em realizar campanhas educativas para o consumo responsável e comércio justo; formação de novos núcleos; acolhida de novos/as consumidores/as através de oficinas formativas; proposição de atividades e debates acerca das práticas vinculadas ao trabalho no campo da economia solidária, sustentabilidade e agroecologia, visando a integração e ampliação dos vínculos solidários entre quem produz e quem consome.

GT Organização - O GT Organização, uma das frentes de trabalho da Feira Virtual Bem da Terra, é responsável pelo funcionamento e manutenção do centro de distribuição, pelas mídias de comunicação interna, pela articulação e sistematização dos encontros e conselhos e também pelo gerenciamento do cadastro dos/as consumidores/as.

GT Provisão - Está encarregado de garantir a oferta de produtos locais (urbanos e rurais) e de outras regiões em fluxo adequado à demanda; atualizar a plataforma de encomendas dos consumidores, contatar produtores, buscar novos produtos e cuidar para que a oferta tenha a máxima qualidade possível.

GT Ponto de Equilíbrio e Transparência – Possui a atribuição de efetuar pagamentos aos Empreendimentos fornecedores (locais e externos), proceder a organização contábil, assim como realizar estudos de viabilidade e prospecção econômica da iniciativa.

¹⁴ Dagnino (2004) entende Tecnologia Social como sendo o conjunto de "produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social".

¹⁵ A plataforma Cirandas.net é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação do campo da Economia Solidária.

¹⁶ Atualmente o Projeto Rizoma está formulado na perspectiva de expansão da Rede Bem da Terra, cuja proposta articula uma iniciativa conjunta entre a Associação para o Consumo Responsável Bem da Terra/Feira Virtual e o Núcleo TECSOL/UFPel - enquanto núcleo de extensão universitária - para constituição de novos GCRs/Bem da Terra em outros quatro municípios da região, em um eixo geográfico de aproximadamente 70 km no entorno de Pelotas/RS.

com os núcleos universitários NESIC e TECSOL¹⁷ para a aquisição direta de insumos de produção para os produtores da rede bem como de produtos processados que não são encontrados na região para o abastecimento dos associados da Rede; (iii) Centro de Distribuição (CD). O CD tem a aparência de uma loja convencional de mercadorias, mas na prática funciona como uma espécie de polo tecnológico da FV. O Centro funciona quatro dias da semana como entreposto para a retirada dos produtos oriundos dos produtores da Rede (locais e não-locais) pelos consumidores associados. Além disso, serve como espaço para exposições de produtores e como centro de formação política e técnica nas temáticas específicas desenvolvidas pela Associação; além de servir como espaço de reunião aos empreendimentos e consumidores da rede; (iv) Logística própria para a produção local. A problemática do escoamento da produção é uma constante na realidade dos empreendimentos solidários tanto urbanos como rurais. Devido a insuficiência de instrumentos não-capitalistas de escoamento, o produtor permanece “na mão” de atravessadores, perdendo boa parte do produto do seu trabalho. Assim, mediante a parceria com uma cooperativa associada, o Bem da Terra desenvolveu um sistema logístico que faz a coleta semanal da produção local, a partir de um mapeamento que viabiliza o percurso menos custoso para a Rede.

Conclusão

Os gargalos apontados pelos produtores/consumidores da experiência da Feira Virtual e Rede Bem da Terra, em sua maioria, são os mesmos enfrentados pela maioria dos empreendimentos solidários. No entanto, destacamos tres limitações específicas em relação à experiência da Feira Virtual Bem da Terra: (1) a escala reduzida - o pequeno volume de compras causa insegurança aos produtores, obstando a substituição integral do sistema de comercialização convencional via mercado capitalista; (2) a questão de classe - dados internos das experiências demonstram a fragilidade dos GCRs em incorporar estratos sociais desprivilegiados ao sistema de compra coletiva, concentrando a possibilidade de um consumo consciente e saudável aos estratos sociais médios e altos; (3) a continuidade de uma prática extensionista tradicional - a fragmentação da estrutura produtiva da Rede Bem da Terra redundando na dificuldade de implantação de uma dinâmica de extensão rural onde os protagonistas do processo de capilarização do conhecimento sejam os próprios produtores, nos moldes do sistema Camponês a Camponês da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores de Cuba (ANAP) (Machín et al., 2012).

Apesar de os GCRs não serem uma experiência totalmente inovadora, as tecnologias sociais desenvolvidas pela Feira Virtual Bem da Terra, como o uso da plataforma virtual de compras cirandas.net, o desenvolvimento de uma metodologia organizativa de controle e a participação direta dos consumidores na autogestão do processo e a consolidação (ainda que incipiente) de uma estrutura física autônoma da Rede, permitem tres reflexões centrais:

(1) O desenvolvimento de uma estrutura logística própria, assim como a autonomia na fixação dos preços finais aumenta os ganhos dos produtores e diminui os preços aos consumidores, graças à redução dos custos de transação. Tal fenômeno abre possibilidades de conectar a resistência na produção solidária e avançar para a contestação do “sociometabolismo do capital” (Mészáros, 2002) por meio de práticas sociais concretas e sustentáveis que conectam produção, investimento, circulação e consumo;

(2) Em que pesem os distintos tempos de assimilação e possibilidades de engajamento dos consumidores, a Feira tem impulsionado um envolvimento efetivo destes nos vários processos de autogestão do consumo, destacando a natureza política do instrumento e a sua capacidade em atuar

¹⁷ Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária – Universidade Federal de Pelotas.

como mediação no processo de uma nova consciência. Assim, a coerência e a transparência na condução da feira enaltecem o trabalho autogestionário como princípio educativo: “as palavras convencem, mas o exemplo arrasta!”

(3) A relação e o diálogo efetivo entre produtores e consumidores, além de concretizar um importante passo na superação da relação fetichizada do consumo, desvela uma realidade que é dissimulada pela lógica do capital, permitindo aos associados consumidores compreenderem os elementos da cadeia produtiva omitidos pelo Capital, como a formação de preço, a especulação, o excesso do uso de agrotóxicos etc. Tal relação possibilita resgatar a bandeira da autogestão num sentido histórico e ampliado, pelo qual a produção e reprodução social da vida tenham como “horizonte a associação de produtores livres e iguais” (Marx, 1982). No sentido apontado, o consumo responsável se afirma como um importante e transformador “ato político”.

Ao considerar que o objetivo da emancipação é a radical transcendência da divisão social hierárquica do trabalho, Mészáros (2002) enfatiza o peso da separação entre concepção e a execução, entre capital e o trabalho. Isso permite inferir que a autogestão ampliada além de ser uma estratégia é uma possibilidade tática, pois além de almejar uma sociedade autogovernada, os efeitos colaterais desse processo podem paulatinamente melhorar as condições de inserção dos trabalhadores na luta de classes, a partir do seu local de trabalho. Assim, a reprodução de diferentes processos associados a esfera da produção, circulação, consumo e educação social e política impõem-se como necessidade implicada, sobretudo, pela inviabilidade de administrarmos a crise estrutural do capital a partir de soluções parciais, conforme ainda sugere o próprio autor.

Um elemento influente no desenvolvimento da proposta Bem da Terra passa por assegurar a participação efetiva dos produtores e consumidores, que em muitos momentos encontram-se reticentes no sentido de empreender passos mais concretos na direção da constituição de novas iniciativas e no desenvolvimento da rede. Isso, em alguma medida, pode estar associado à complexidade conferida ao processo, por razões relacionadas à dinâmicas organizativas dos grupos de produção e Núcleos de Consumo e até pela existência de entraves burocráticos no universo da rede.

O processo de definição de constituição dos espaços de comercialização, a elaboração de regras internas, a formatação de aspectos legais, jurídicos e contábeis, a qualificação, diversificação e a definição referente ao gerenciamento de produtos de origens diversas, entre outros, talvez pudesse ter assumido um contorno mais apressado visto o trabalho e participação constante das Incubadoras.¹⁸ Entretanto, caso essa escolha metodológica fosse levada a efeito, incorreríamos sob a possibilidade de maior desagregação coletiva ou fortalecimento de processos centralizados ou de característica restritiva e não horizontal.

As incubadoras de empreendimentos econômicos de caráter solidário têm exercido um papel fundamental na consolidação da economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento social e econômico efetivo. Elas desenvolvem o seu trabalho na base de organização dos trabalhadores, fomentando a ampliação dos empreendimentos e apoiando as iniciativas através de formação e aporte pedagógico no âmbito da autogestão e controle dos processos políticos, econômicos e produtivos.

Assim, no que tange a concepção e identificação política pedagógica do NESIC/UCPEL, a intersecção necessária entre saber acadêmico e o saber popular adquire plena relevância quando concebida nos marcos da Economia Solidária, Autogestão e organização dos trabalhadoras e

¹⁸ Além do trabalho de assessoria e incubação aos Empreendimentos Econômicos Solidários realizados pelo NESIC/UCPel e TECSOL/UFPel, fazemos referência a participação do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares (Núcleo de Economia Solidária/NESol) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul - rio - grandense / IFSUL – Campus Pelotas e do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

trabalhadores.

Por fim, as condições teóricas e práticas de extensão contribuem para a elaboração de um processo implicado entre a incubação de empreendimentos solidários, a extensão universitária e pesquisa acadêmica a partir da sistematização de conhecimentos que resultam de uma análise imbricada entre pesquisador e sujeitos pesquisados.

Referencias

Cruz, A. C. (2006). A diferença da igualdade: A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Recuperado de <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/teseantoniocruz.pdf>

Cruz, A. C. (2014) Os grupos de consumo responsável no Brasil – experiências inovadoras de comercialização solidária. Trabalho publicado em Actas do X Seminário Internacional PROCOAS organizado pela Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), PROCOAS AUGM: trabajos completos (pp. 203-215), Mendoza, Argentina: Marcos Mattar Ediciones.

Dagnino, R. (2004). A tecnologia social e seus desafios. Em A. De Paulo, C. J. Mello, L. P. do Nascimento Filho e T. Koracakis (Org.), *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento* (187-209). Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Banco do Brasil.

Instituto Kairós. (2013). Práticas de comercialização – uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. São Paulo, Brasil: Kairós/Capina. Recuperado de <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-comercializacao.pdf>

Machin, B., Roque A. M., Ávila, D. R., Michael, P. (2012). *Revolução Agroecológica – o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba*. São Paulo, Brasil: Expressão Popular.

Marx, K. (1982). Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório: as diferentes questões. Em J. Barata-moura; E. Chitas; F. Melo e A. Pina (Orgs.), *Marx e Engels: Obras Escolhidas em Três Tomos* (pp. 78-85). Lisboa, Portugal: Edições Avante. Recuperado de <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>

Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. Campinas, Brasil: Editora da unicamp/Boitempo.

Pistelli, R. S. e Mascarenhas, T. T. (2011). *Organização de grupos de consumo responsável*. São Paulo, Brasil: Kairós.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Brasil: Perseu Abramo.

Enviado: 19/03/2019
Aceptado: 10/04/2019

Cómo citar este artículo:

Nunes, G. T.; Gotardo, S.; Christ, S.; Santos, A. M. S. e Vechia, R. D. (2019). Rede Bem da Terra: Produção Solidária, Consumo Responsável e Autogestão a partir da perspectiva extensionista do NESIC/UCPel. *Otra Economía*, 12(21), 219-230.